



Secretaria de Estado da Educação

CLIPPING

13, 14 e 15 de junho 2015



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Moacir Pereira	Data: 15/06/2015
Assunto: Consed		Página: 10

DIÁRIO CATARINENSE

EDUCAÇÃO

Conselho Estadual de Educação vai realizar seminário em Blumenau nos dias 22 e 23 de junho. Iniciativa do novo presidente, Gerson Silveira, que pretende ampliar o número de conselhos municipais. O Estado conta hoje com 150 conselhos. Ele pretende avançar até os 295 municípios, priorizando a educação infantil.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Sua Vida	Data: 15/06/2015
Assunto: Educação domiciliar		Página: 23

DIÁRIO CATARINENSE

Julgamento de recurso sobre educação em casa chega ao STF

O Supremo Tribunal Federal (STF) pode ter dado um passo largo a favor do ensino domiciliar. Na sexta-feira, foi reconhecida a repercussão geral de um recurso feito por uma família da cidade de Canela, no Rio Grande do Sul, que pede para educar a filha em casa. Isso significa que o STF entendeu que o pedido não diz respeito apenas a essa família, mas atinge todos os brasileiros.

A repercussão geral é um filtro estabelecido pela legislação em relação a um recurso extraordinário que impede que os ministros julguem pedidos individuais – explicou o professor de Direito Thomas Grings.

Em 2013, a família entrou com um pedido na Secretária Municipal de Educação de Canela para que a filha de 11 anos terminasse o Ensino Fundamental em casa. A solicitação foi negada e o órgão orientou que a criança fosse matriculada na rede regular de ensino, onde até então ela havia estudado. O advogado da família, Julio Cesar Tricot Santos, explica que levou o caso à Comarca do município e que seu mandado de segurança foi julgado em menos de 48h, com indicação de extinguir o processo. A família recorreu e o pedido foi enviado ao Tribunal de Justiça (TJ) do RS, que manteve a sentença de extinção. Ainda assim, entrou com recurso junto ao STF.

ENTENDA

EDUCAÇÃO DOMICILIAR OU HOMESCHOOLING:

- é quando o estudante não frequenta aulas formais e todo o aprendizado escolar se dá em casa, sob orientação e supervisão dos pais, a partir de um currículo preestabelecido, semelhante ao adotado pelas escolas.

– A Constituição Federal não é um instrumento rígido que obriga a matrícula da menina em uma escola formal – diz o advogado.

TEMA CENTRAL ESTÁ NA LIBERDADE DOS PAIS

Segundo Santos, a família prônô ao STF manter a educação

recurso, os pais sustentaram que “restringir o significado da palavra educar simplesmente à instrução formal numa instituição convencional de ensino é não apenas ignorar as variadas formas de ensino, agora acrescidas de mais recursos com a tecnologia, como afrontar um considerável número de garantias constitucionais”.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Com seis votos favoráveis, os ministros entenderam que o tema deve ser discutido em julgamento.

- Infelizmente, não há um prazo determinado para isso. Sabemos que é do interesse do relator, o ministro Luís Roberto Barroso, analisar o tema. Agora ele tem de formalizar um projeto de voto e encaminhar para julgamento. Esperamos que ele encaminhe esse julgamento ainda em 2015 - apontou o advogado.

O tema central discutido, segundo o relator, foram os limites da liberdade dos pais na escolha dos meios pelos quais irão prover a educação dos filhos.

- O debate apresenta repercussão social, em razão da própria natureza do direito pleiteado; jurídico, porque relacionado à interpretação e alcance das normas constitucionais que preveem a liberdade de ensino e o pluralismo de ideias e concepções pedagógicas e à definição dos limites da relação entre Estado e família na promoção do direito fundamental à educação; e econômico, tendo em conta que, segundo estudos, o reconhecimento do *homeschooling* poderia reduzir os gastos públicos com a educação - diz o ministro.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: A Notícia	Editoria: Moacir Pereira	Data: 15/06/2015
Assunto: Consed		Página: 08

A NOTÍCIA

Educação

Conselho Estadual de Educação vai realizar seminário em Blumenau nos dias 22 e 23 de junho. Iniciativa do novo presidente, Gerson Silveira, que pretende ampliar o número de conselhos municipais. O Estado conta hoje com 150 conselhos.

Ele pretende avançar até os 295 municípios, priorizando a educação infantil.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Folha de São Paulo	Editoria: Educação	Data: 15/06/2015
Assunto: Estado Laico	Página: Online	

EM JORNAL EXERCÍCIO DO SERVIÇO: 1911-1912 WWW.FOLHA.COM.BR

FOLHA DE S.PAULO

Escolas mostram contradições do Estado laico no país, diz autora de ação

No preâmbulo da Constituição, há a mensagem de que o documento foi aprovado "sob a proteção de Deus". Na Suprema Corte, um crucifixo está afixado no plenário. A Presidência e o Congresso também exibem o símbolo.

"Vivemos essa contradição permanente", diz a subprocuradora-geral da República Deborah Duprat, 56, sobre princípio laico do Estado brasileiro e a manifestação religiosa em espaços públicos.

Autora de ação que questiona no STF (Supremo Tribunal Federal) o formato atual do ensino religioso na rede pública, ela defende que as aulas não devem ter caráter confessional, e sim uma narrativa histórica das religiões.

Na segunda (15), a Corte dá início ao debate em uma audiência pública. O julgamento ainda não foi marcado.

Por lei, o ensino religioso deve ser ofertado de forma facultativa na rede pública. Segundo dados de 2013, no entanto, as aulas são obrigatórias em 30% das escolas.

Raio X - Deborah Duprat

Nascimento

19 de abril de 1959, no Rio de Janeiro

Formação

Direito pela UnB (Universidade de Brasília)

Ocupação

Subprocuradora-Geral da República

Carreira



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Nomeada em 1987 para o cargo de procuradora da República. Em 2009, se tornou vice-procuradora-geral da República, segundo cargo mais importante no Ministério Público Federal. Foi afastada em 2013, por divergir do chefe na época, Roberto Gurgel

-

A seguir, leia os principais trechos da entrevista.

*

Folha - O modelo ideal de ensino religioso é pelo viés histórico?

Deborah Duprat - Não é [questão de ser] o ideal. Há um dispositivo constitucional que não posso ignorar: de um lado a Constituição afirma a laicidade do Estado e de outro a oferta de ensino religioso nas escolas públicas. O que eu posso é apenas compatibilizar esses dois dispositivos, de início contraditórios entre si. A única leitura que me parece ser possível é a que compatibiliza o ensino religioso com a perspectiva de ensino da história das religiões, e também daqueles que não professam religião alguma. É uma disciplina que tem nenhum aspecto confessional, ministrada por professores recrutados mediante concurso público, sujeitos a plano de carreira, e não recrutados de um ambiente religioso.

E por que isso não vigora?

Acho que por uma ausência de reflexão, de indução do Estado, de uma cobrança. Há aí uma dose de desconhecimento, misturada com práticas que vão se firmando e que são difíceis de serem abandonadas. O espaço público não é espaço para você exaltar um determinado modo de vida, inclusive o religioso. Isso é um processo, e obviamente não acontecerá do dia para a noite, mas é preciso que se inicie.

A senhora pessoalmente defenderia o fim do ensino religioso?

Eu defenderia como militante. Como operadora do direito, não posso.

O Ministério da Educação deve definir o conteúdo dessas aulas?

Com certeza, seria muito importante. Agora, é preciso fiscalização. Enquanto isso não ocorre, há uma legião de crianças em processo de formação sendo, no início de suas vidas, obrigadas a conviver com ideias que as vezes não são aceitas no ambiente doméstico, o que torna a cabeça dessa criança um palco de conflitos numa idade muito precária.

O ensino religioso é realmente facultativo?

Facultativo para crianças e adolescentes, que são pessoas em processo de formação. Num ambiente como uma escola, isso está cercado de constrangimentos: é muito mais fácil aderir às majorias do que se apresentar como uma minoria. É uma facultatividade que opera muito mais no plano semântico do que no plano real.

A contradição entre o Estado laico e a religião não fica expressa nos prédios públicos?

Totalmente, mas já se entendeu que [isso] é uma expressão cultural, como se fosse fácil para um judeu ver um símbolo desse tipo e tê-lo apenas como uma expressão cultural.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Nós vivemos essa contradição permanente. A gente tem ainda práticas que nos distanciam muito de um Estado laico.

Existe uma visão conservadora da sociedade brasileira sobre o que deve ser ensinado na sala de aula?

Nós tivemos, mundo afora, uma transformação em termos normativos absurda: legislações prevendo casamento entre pessoas do mesmo sexo, inserção de pessoas com deficiência na sala de aula, a questão LGBT de uma maneira geral, os direitos territoriais. Isso tudo é mudança de paradigma e acho que isso vem acompanhado depois de uma reação. Essa reação está se verificando agora. Talvez a gente viva de ciclos e esteja de fato vivendo uma reação conservadora que vai demandar resistência e resposta por parte do restante da sociedade.

E da justiça também?

Sim, na medida em que é possível agir. Eu acho que o Supremo Tribunal Federal já teve um período de maior protagonismo nessas lutas sociais. Não está vivendo seu melhor período, infelizmente. Basta lembrar que há 4, 5 anos a gente teve grandes decisões num período muito próximo: o fim da lei de imprensa, a questão da marcha da maconha, anencefalia, união homoafetiva.

E como a senhora vê essa relação hoje entre religião e Estado?

Nós voltamos a um cenário em que aparentemente o Estado se torna refém da religião. É um ambiente em que a religião parece que está penetrando por todos os espaços. Acho também que esse movimento conservador é datado. Eu tenho esperança de que a reação virá.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Folha de São Paulo	Editoria: Educação	Data: 15/06/2015
Assunto: Sisu		Página: Online

EM JORNAL DO BRASIL - X - X - WWW.FOLHA.COM.BR
FOLHA DE S. PAULO

MEC divulga lista de aprovados do Sisu do meio do ano nesta segunda

O MEC (Ministério da Educação) divulga nesta segunda-feira (15) o resultado da segunda edição do Sisu (Sistema de Seleção Unificada) 2015. Ao todo, o governo oferece 55.576 vagas em 72 instituições públicas, entre federais e estaduais.

Os candidatos devem acessar a página do Sisu para consultar o resultado. Serão selecionados alunos para mais de 1.500 cursos de graduação, distribuídos em quase 300 carreiras.

Este ano, haverá apenas uma chamada para matrícula, que será realizada no dias 19, 22 e 23 de junho na instituição em que o aluno for selecionado.

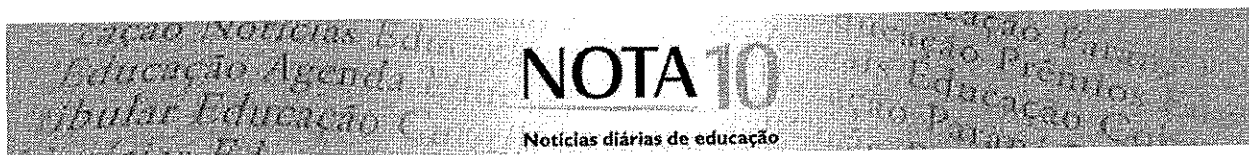
Se o candidato não for aprovado para o curso, escolhido como primeira opção, ele poderá fazer parte da lista de espera. Para isso, ele deve entrar no site do Sisu entre os dias 15 e 26 de junho e clicar no botão que corresponde à confirmação de interesse em participar da lista de espera do Sisu. As universidades terão de 19 a 26 de junho para informar as vagas disponíveis no site.

O sistema do Ministério da Educação é usado por instituições públicas de ensino superior para oferecer vagas a estudantes que fizeram o Enem (Exame Nacional do Ensino Médio) em 2014. Para participar do Sisu, o candidato não poderia ter tirado nota zero na redação do Enem.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Nota 10	Editoria: Educação	Data: 15/06/2015
Assunto: Educação Financeira		Página: Online



Educação financeira deve começar o mais cedo possível

Em atendimento à recomendação da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) para que a educação financeira comece o mais cedo possível, levando em conta principalmente o aspecto comportamental das crianças, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) instituiu um concurso para incentivar o planejamento financeiro entre os jovens.

A iniciativa é uma parceria da CVM com a Bolsa de Valores de São Paulo (BM&FBovespa) e a Escola de Educação Financeira da Rioprevidência, A rede internacional de educação financeira da OCDE atua em mais de 100 países, entre os quais o Brasil, em articulação com a CVM, autarquia vinculada ao Ministério da Fazenda.

O Concurso Cultural de Redação e Vídeo, criado no ano passado, já definiu os ganhadores de 2015 nas categorias redação, para adolescentes entre 15 e 18 anos, e vídeo, para crianças entre 12 e 15 anos incompletos. A questão formulada foi O que posso fazer, a partir de hoje, para ter um futuro financeiro melhor?. O concurso está ligado ao objetivo da CVM de estimular a formação de poupança e sua aplicação no mercado de capitais, disse à Agência Brasil o superintendente de Proteção e Orientação aos Investidores, José Alexandre Vasco. Para ele, a educação financeira está relacionada ao investimento consciente.

A meta é estimular jovens de todo o país a pensar sobre a importância de planejar o futuro para o que tecnicamente é chamado de "decisões intertemporais" de consumir menos no momento e poupar mais para formar uma reserva financeira e construir uma trajetória de vida bem-sucedida, disse Vasco. Por isso, ele considera necessária uma mudança de atitudes e de comportamento.

As vencedoras na categoria redação foram Alice Cristina de Freitas Rocha, do Rio de Janeiro, com o tema O Sucesso Começa Agora; Fernanda Mara Rocha Gonçalves, de Belo Horizonte, com o tema Construindo o Futuro; e Sofia Nascimento Milanez, de Fortaleza, com o tema Minha Vida Financeira Futura. Os melhores vídeos foram os de Livia Maria Santos Bastos Chaves e Naryane Kércia Araújo Vasconcelos, de Uruburetama, Ceará. Em segundo lugar, ficaram Hikari Koti e Ellen Beatriz Shen, de São Paulo, seguidas de Bianca Spigolon Fabbris e Marielen Hessel de Mello, de Campinas.

A pedagoga da CVM, Débora Gonçalves de Souza, disse que o fato de todas as vencedoras do certame deste ano terem sido meninas mostra o quanto as mulheres estão preocupadas com a questão da educação financeira. Os meninos apresentaram também muitos trabalhos. "As meninas foram mais diretas, tiveram pontos mais focais em relação a mudar suas atitudes e planejar sua vida financeira", afirmou Débora.

José Alexandre Vasco informou que os próximos concursos mostrarão se essa é uma tendência ou se foi um fato atípico. Embora admita que as mulheres estão se interessando mais pela questão financeira, citou pesquisa da CVM segundo a qual 75% das demandas são apresentadas à autarquia por investidores do sexo masculino.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Os vencedores do concurso receberão os prêmios (certificado e um iPad) em cerimônia no próximo dia 22, no Rio de Janeiro. Na ocasião, o concurso será apresentado a estudantes da rede pública de ensino, com o objetivo de motivá-los a participar das próximas edições. As inscrições podem ser feitas gratuitamente no site da CVM, no Portal do Investidor.